

2º lugar \_ 7ª Edição Prêmio Contador Américo Matheus Florentino 2017

# Transparência das Informações e seu Impacto no Valor Econômico: um Estudo em Organizações do Terceiro Setor

*Transparency of Information and its Impact on Economic Value: a Study in Organizations of the Third Sector*

Artigo recebido em 16/08/2017 e artigo aceito em 20/10/2017

## Willian Emanuel Souza de Oliveira

Rio de Janeiro – RJ  
Graduando em Ciências Contábeis pela IBMEC/RJ  
willian.emanuel.01@gmail.com

## Claudio Ulysses Ferreira Coelho

Niteroi – RJ  
CRCRJ 061132/O-8  
Mestre em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ  
Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ  
Professor do IBMEC/RJ  
Professor da UERJ  
Professor da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio  
claudioulysses@hotmail.com

## Resumo

Fundações, associações, Organizações Não Governamentais, partidos políticos e igrejas. É inegável o vasto número e os diferentes tipos de organizações do Terceiro Setor presentes no Brasil. Entretanto, há certa desconfiança nas ações realizadas pelas organizações sem fins lucrativos, influenciada, em grande parte, pelos inúmeros casos de escândalos nos quais essas entidades estão inseridas. Fraudes, corrupção e desvio de finalidade levam a questionar se instituições que surgem por uma nobre causa estão realmente aplicando os recursos – muitas vezes obtidos por doações particulares e também pelo setor público – no propósito para o qual foram constituídas. Nesse contexto, o objetivo principal do trabalho é determinar até que ponto a transparência das informações publicadas por essas instituições contribui positivamente na geração do valor econômico à sociedade, emergindo como um aliado eficaz para garantir e fomentar os recursos necessários à manutenção das atividades dessas organizações. Para tanto, o estudo concentrou-se em elaborar um instrumento capaz de mensurar o grau de transparência de uma amostra de 25 entidades sem fins lucrativos, além de calcular o Q de Tobin de cada instituição, a ser utilizado como indicador econômico a fim de revelar a influência entre essas duas variáveis. Os resultados obtidos indicam uma relação positiva entre o nível de transparência das informações disponibilizadas ao público via website e o valor econômico gerado por elas para a comunidade, seu maior cliente.

**Palavras-chave:** Transparência, Terceiro Setor, Vvalor Econômico.

## Abstract

*Foundations, associations, non-governmental organizations, political parties and churches. The vast number and types of Third Sector organizations present in Brazil is undeniable. However, there is a certain mistrust in the actions carried out by non-profit organizations, influenced in large part by the numerous cases of scandals in which these entities are present. Fraud, corruption and misuse of purpose lead us to question if institutions that emerge from a noble cause are in fact applying the resources (often obtained by private donations or also by the public sector) in the purpose for which they were created. In this context, the main objective of the work is to determine the extent to which the transparency of the information published by these institutions contributes positively to the generation of economic value to society, emerging as an effective ally to guarantee and foster the necessary resources to maintain the activities of these organizations. To this end, the study focused on developing an instrument capable of measuring the degree of transparency of a sample of 25 non-profit organizations, as well as calculating the Tobin's Q of each institution to be used as an economic indicator in order to reveal the influence between these two variables. The results indicate a positive relation between the level of transparency of the information made available to the public through the website and the economic value generated by them for the community, its largest client.*

**Keywords:** Transparency, Third Sector, Economic Value

## 1 Introdução

Em um mundo altamente conectado, no qual as relações comerciais e econômicas se potencializaram grandemente e o ambiente empresarial é competitivo e interdependente, o tema transparência ganha destaque.

Diante das incertezas e riscos de um mercado tão volátil e de infinitas possibilidades, a necessidade de evidenciar uma informação de qualidade é fundamental não só para a garantia da credibilidade, mas também para evitar situações que deem margem ao desconhecimento real das ações que os agentes (governos, empresas e indivíduos) realmente se comprometeram em executar e aquilo que efetivamente foi realizado.

Em face deste cenário, surge a necessidade de fomentar e regerar práticas que promovam a clareza das ações propostas pelos agentes e o mundo empresarial tem se movido para atender a esses critérios, acostumando-se com termos como

conformidade, prestação de contas e responsabilidade. A transparência das ações e seu impacto no setor privado estão cada vez mais presentes na formulação das diretrizes de planejamento estratégico das organizações. Em concordância com essas práticas, o mercado de capitais brasileiro inaugurou há mais de 15 anos o Novo Mercado, que consiste em uma listagem de empresas que adotam “uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente” (BM&FBovespa, 2017).

Segundo essa tendência, o setor público tem instituído leis para estabelecer o correto funcionamento de seus órgãos e setores internos no intuito de conceder mais clareza às ações, a partir da exigência de uma maior regulação e de melhores níveis de controle. Em 2011, houve a criação da Lei da Transparência, aplicada a todo setor público para assegurar “a gestão transparente da informação, propiciando o acesso a ela e sua divulgação” (Brasil, 2011).

É evidente que esse movimento de estímulo à maior transparência não deixaria incólume as organizações do Terceiro Setor, cuja representação é de cerca de 5% do PIB nacional (Centa, 2013). Esse setor mobiliza um grande número de agentes que têm a finalidade de atuar em esferas de caráter público com financiamento de terceiros, chamados de doadores.

Apesar da busca pela transparência, no que tange ao Terceiro Setor esse comprometimento ainda parece distante diante de inúmeros casos de escândalos envolvendo tais entidades, a citar as denúncias de “sobrepreços [sic] de até 508% na compra de medicamentos” (Werneck; Bottari, 2016) praticados por oito das dez organizações sociais que administram cerca de 44% das unidades de saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro (108 das 248), somadas à obscuridade e ao escasso número de informações disponibilizadas ao público.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é avaliar a qualidade das informações disponibilizadas pelas organizações do Terceiro Setor para a geração de valor da entidade à sociedade. Para tanto, foram reunidas publicações online de 25 organizações brasileiras sem fins lucrativos e, a partir delas, buscou-se aferir o valor econômico dessas entidades por meio do indicador Q de Tobin e, assim, avaliar a influência no valor econômico gerado por elas para a sociedade.

O critério para a seleção das organizações foi a presença de relatórios contábeis publicados por essas instituições em seus respectivos websites, a fim de poder apurar o valor econômico de cada entidade. Vale ressaltar que muitas dessas instituições não divulgam informações de desempenho de suas ações para o público.

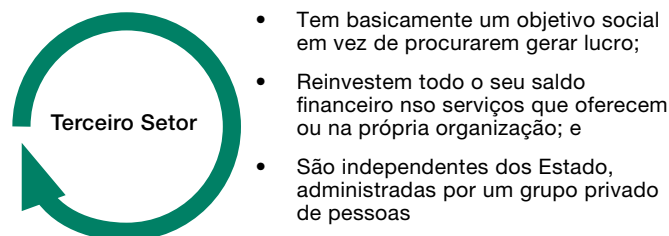
Embora sejam relevantes no Terceiro Setor, não foram consideradas para a escolha da amostra fundações que foram instituídas por empresas como forma de responsabilidade social empresarial, quando adotada como estratégia competitiva para aumentar seu retorno financeiro ao promover a imagem da empresa (Schmidt; Suguihiro, 2007), fugindo, de certa forma, da finalidade social para a qual são instituídas.

## 2 Referencial Teórico

Apesar de o termo Terceiro Setor ser relativamente novo, a existência de instituições dessa natureza não é recente. De acordo com Félix (2010), o surgimento de organizações

filantrópicas no Brasil remonta o período em que o País ainda era uma colônia portuguesa, durante o século XVI, com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos em 1543, considerado o primeiro registro da existência do Terceiro Setor no Brasil. No entanto, como aponta Alves (2002) a expressão Terceiro Setor começou a ser usada nos Estados Unidos durante a década de 1970 para caracterizar instituições que apresentavam as características descritas na figura 1.

Figura 1: Características do Terceiro Setor



Fonte: adaptado de Hudson (1999, p.8)

Fregonesi *et al.* (2005, p. 239) declaram que o Terceiro Setor é “constituído de organizações sem fins lucrativos e com um objetivo social bem definido, ou seja, firmas cuja finalidade maior é promover benefícios à sociedade”.

O termo Terceiro Setor, como bem lembra Alves (2002), adveio da teoria econômica, de acordo com a qual a sociedade é decomposta em setores, com base na finalidade econômica dos integrantes sociais. O primeiro setor é constituído por agentes públicos sem fins lucrativos; o segundo, por agentes privados com fins lucrativos; e o terceiro, por agentes privados sem fins lucrativos. A tabela 1 esquematiza essa segregação.

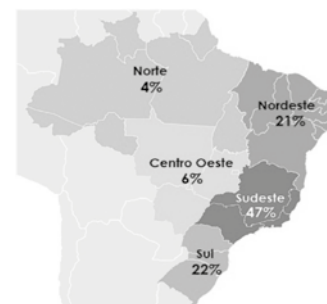
Tabela 1: Setores da economia

SETOR	AGENTES	FINALIDADE	ATUAÇÃO
Primeiro	Públicos	Pública	Estado
Segundo	Privados	Privada	Mercado (empresas)
Terceiro	Privados	Pública	Organizações sem fins lucrativos

Fonte: Adaptado de Alves (2002, p.7) apud Fernandes (1994, p. 21)

Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), no ano de 2010 existiam 556.846 entidades sem fins lucrativos, ocupando mais de 2,89 milhões de pessoas no País. A figura 2 detalha a distribuição geográfica dessas organizações no País em 2010.

Figura 2: Representatividade das Entidades Sem Fins Lucrativos por Região Geográfica



Fonte: IBGE (2017)

As organizações recenseadas nesse levantamento pelo IBGE “correspondem a três figuras jurídicas no novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas”. (IBGE, 2012, p. 13), com base no enquadramento das seguintes qualificações (IBGE, 2012, p. 13):

- (a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fim;
- (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (d) auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

A legislação brasileira é omissa quanto à definição de Terceiro Setor, apesar de o artigo 44 do Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002) registrar quatro tipos de personalidades jurídicas sem fins lucrativos, a saber: associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. Contudo, muitas dessas organizações apresentam diferentes nomenclaturas, dentre as quais as mais comuns são: “organizações sociais, organizações da sociedade civil ou organizações sem fins lucrativos, associações, entidades filantrópicas e de caridade, Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações” (Tondolo *et al.*, 2015, p. 2).

Todas essas entidades gozam da imunidade tributária garantida pela Constituição Federal (Brasil, 1988), como disposto está no artigo 150:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...]

III - cobrar tributos: [...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Tondolo *et al.* (2015, p. 2) argumentam que o Terceiro Setor “se desenvolveu a partir da necessidade social, uma vez que o setor público não atendia às necessidades da população” e, por essa razão, muitas organizações foram criadas para ocupar essa lacuna deixada pelo Estado.

Paula, Brasil e Mário (2009, p. 128) afirmam que:

O crescimento desse setor torna-se mais perceptível e pode ser explicado pela deficiência do setor público, gerando uma crise que reduz a destinação de recursos para diversas áreas sociais, pela conscientização da população quanto a esta deficiência e crise, fazendo com que o trabalho voluntário evolua, e pela conscientização do setor privado com a responsabilidade social, fazendo com que muitas empresas desse setor destinem recursos para as organizações sem fins lucrativos, em forma de doação e execução de projetos sociais.

A essa incapacidade do primeiro setor em suprir eficazmente todas as necessidades sociais da população conceitua-se como “crise de desenvolvimento”, de acordo com a qual se “sugere a reflexão do desenvolvimento por meio de novos parâmetros, envolvendo a sociedade civil, representada pelas organizações do Terceiro Setor, e destacando a limitação do Estado como agente de desenvolvimento” (Cruz *et al.*, 2010, p. 61).

Essa imunidade tributária, “numa época em que muitas organizações do setor público são vistas como inadequadas para lidar eficientemente com os problemas sociais de hoje em dia” (Hudson, 1999, intr. XII), favorece o desenvolvimento das Organizações do

Terceiro Setor (OTS) – uma vez que a carga tributária brasileira chega a 33,7% de todo lucro tributável nas empresas (Exame, 2016) –, estas “suprindo ou complementando muitas necessidades sociais não atendidas pelo governo” (Soldi *et al.*, 2007, p. 1).

Mesmo assim, esse estímulo que o Estado oferece às OTS muitas vezes não é capaz de trazer perenidade à organização, que sofre muito com a questão da sustentabilidade de seus programas e projetos.

Paula, Brasil e Mário (2009, p. 131) reconhecem:

Um dos maiores desafios das entidades do Terceiro Setor diz respeito à sua sustentabilidade, principalmente em termos financeiros, posto que muitas dessas organizações foram criadas como esforços pessoais e, à medida que foram crescendo em escala e complexidade, depararam-se com vários problemas de sobrevivência, principalmente considerando-se que um maior número de organizações têm que competir para obter recursos cada vez mais escassos.

O financiamento dos projetos das OTS decorre principalmente de recursos financeiros que são levantados por doações voluntárias ou também por entidades financiadoras (Paula; Brasil; Mário, 2009).

De acordo com Cruz *et al.* (2010), a progressiva demanda das OTS por parte da sociedade – a fim de suprir demandas de ordem social – é afetada diretamente pela necessidade de apoio, sobretudo financeiro, o que leva a certa concorrência entre as entidades na busca de financiamento para seus programas e projetos.

Nesse contexto, a prática da transparência pode ser compreendida como uma maneira de ampliar a imagem da entidade perante o público, no qual estão inseridos seus doadores e potenciais financiadores, por meio da divulgação de suas atividades e da destinação dos montantes arrecadados, “atendendo às expectativas dos investidores e fomentando mais recursos para o atingimento do objetivo social” (Tondolo *et al.*, 2015, p. 3).

Segundo Paula, Brasil e Mário (2009, p. 131), apud Marcovitch (1997, p.121), “(...) por desempenhar função de interesse público, espera-se que a Organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e aos recursos alocados”.

Entretanto, Tondolo *et al.* (2015) admitem que as OTS não estejam interessadas em publicar seus demonstrativos financeiros, nem mesmo as ações realizadas e a aplicação dos recursos recebidos. Essa omissão das OTS é preocupante, uma vez que a falta de transparência é capaz de influenciar negativamente a obtenção de financiamento, consequência de uma “onda de desconfiança” (Soldi *et al.*, 2007, p. 5) produzida em razão da escassez ou opacidade de informações.

O setor público, quando financiador de projetos das OTS, já se tem mobilizado para pressionar as entidades sem fins lucrativos a fomentar a transparência das ações (Tondolo *et al.*, 2015). Em 2014, foi promulgada a Lei nº 13.019, conhecida como o Marco Regulatório do Terceiro Setor, que expressa em seu artigo 11º: “a organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública” (Brasil, 2014).

Soldi *et al.* (2007, p. 4) dizem, no entanto, que “divulgar qualquer tipo de informação não resolve o problema da falta de transparência, já que a informação disseminada deve possuir qualidade para que atenda às premissas da transparência”.

Por essa razão, Tondolo *et al.* (2015, p. 4) apresentam as três dimensões da transparência indispensáveis para a informação das OTS:

- (i) disclosure, que significa a evidenciação e/ou divulgação de informações da organização;
- (ii) compliance, se refere à conformidade legal da organização;
- e (iii) accountability, se refere à prestação de contas da organização. No entanto, esses conceitos não devem ser limitados às práticas contábeis, uma vez que muitas outras informações relevantes

podem ser divulgadas almejando a transparência nos processos e decisões da organização.

A informação somente será útil para o usuário se for “relevante e confiável” (Soldi *et al.*, 2007, p. 5), propiciando confrontar a de outras organizações do setor, além das da mesma entidade em intervalos de tempo distintos. A começar pelos dados financeiros, cada vez mais as entidades sem fins lucrativos se defrontam com o desafio de como divulgar eficazmente seus resultados e desempenho para seus atuais doadores e seus potenciais financiadores (Cruz *et al.*, 2010).

Como uma possível solução, Paula, Brasil e Mário (2009, p. 136) sustentam que “é importante ver a filantropia como um valor econômico adicionado à sociedade como resultado dos investimentos por caridade (doações)”. O conceito de valor econômico é construído com base no retorno financeiro sobre um investimento, atrelado sempre à “remuneração do capital investido, ou seja, custo do capital próprio e de terceiros” (Paula; Brasil; Mário, 2009, p. 136). Porém, como mensurar o custo do capital próprio de entidades sem fins lucrativos se não há acionistas para partilhar os lucros auferidos?

Uma solução é desenhada a partir da taxa Selic, como afirmam Fregonesi *et al.* (2005, p. 256): “para o custo médio ponderado de capital adotou-se a taxa de juros livre de risco no Brasil (Selic), ou seja, o custo do capital de terceiros, visto que, caso não haja doações, a empresa terá de recorrer a esse capital para sustentar suas operações [...]”.

Por outro lado, um bom indicador financeiro que permite mensurar retorno é o Q de Tobin, pois “[...] é uma combinação entre o valor da empresa no mercado e o custo de reposição da empresa” (Cruz *et al.*, 2010, p. 64), calculado da seguinte forma:

$$q = \frac{\text{valor de mercado dos ativos}}{\text{custo de reposição}}$$

Há também, conforme Tobias ([2002], p. 6) revela, essa maneira de cálculo:

$$q = \frac{\text{valor de mercado do exigível (MVA @) + capital total}}{\text{custo de reposição}}$$

Segundo Fregonesi *et al.* (2005, p. 247), Market Value Added (MVA@, marca registrada pela empresa norte-americana de consultoria Stern Stewart & Co):

[...] representa o valor da empresa deduzido do montante necessário para repor todos os seus ativos. Aqui se reflete o valor futuro da empresa ou, ainda, uma expectativa do mercado para os retornos a serem oferecidos por ela, conceito amparado pelo princípio contábil da continuidade, ou seja, pressupõe-se que o empreendimento estará funcionando nos próximos exercícios. Assim, o valor do negócio será o MVA@ acrescido do investimento (capital oneroso total à disposição da empresa).

O cálculo do valor da entidade prevê o uso de informações – como de capital oneroso – que, raras vezes, as OTS divulgam em seus relatórios. Em trabalho realizado por Soldi *et al.* (2007, p. 8), apenas dez organizações sem fins lucrativos de uma amostra de 235 publicavam suas demonstrações financeiras em website próprio, significando cerca de 4% do total estudado. Outro trabalho, de Oliveira (2009, p. 72) observou que apenas 18,05% (37 entidades) de 205 Organizações Não Governamentais disponibilizavam em seus websites “algum tipo de prestação de contas financeiras”, demonstrando pouco interesse em divulgar seus resultados econômico-financeiros ao público. Considerando esses estudos, que demonstram um escasso número de entidades que divulgam seus relatórios contábeis, um caminho possível para encontrar o valor da entidade é estimar o próprio ativo total como o valor do capital total.

Apesar dessas limitações, o presente trabalho foi elaborado a partir dos dados dispostos segundo a possibilidade e disponibilidade em obtê-los, em virtude de opacidade de informações do setor quanto ao desempenho de suas atividades.

Sendo assim, foi possível avaliar o valor do negócio das entidades, mesmo sendo sem fins lucrativos, sob a perspectiva de outras dimensões, sobretudo no aspecto da transparência das informações.

### 3 Metodologia

A pesquisa, quanto aos seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória, que “[...] visa à descoberta, ao achado, à elucidação de fenômenos ou à explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes” (Netto, 2006, p. 9).

Gil (2002, p. 43) orienta que, na elaboração de pesquisas científicas, “para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa”.

Quanto à abordagem dos dados, o trabalho realizado foi quantitativo. Fonseca (2002, p. 20) instrui que:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc.

Deste modo, no tratamento dos dados fez-se necessário o uso de estatística descritiva, para compreender a influência do comportamento de uma variável na outra. A ferramenta utilizada para o tratamento estatístico foi o Microsoft® Excel® 2013, versão 15.0.4945.1000 (32 bits).

Para a realização do trabalho, considerou-se uma amostra de 25 Organizações do Terceiro Setor (OTS) brasileiro que divulgam suas demonstrações financeiras em website para acesso público, escolhidas aleatoriamente por meio de pesquisa no Google, de um universo de mais de 500 mil OTS (IBGE, 2017) no País em 2010. Apesar de pequena frente ao número total de OTS, a amostra pode ser considerada como representativa considerando-se que muitas organizações não são transparentes, não divulgando suas informações financeiras ao público (Soldi *et al.*, 2007).

As entidades foram selecionadas a partir da presença da demonstração contábil-financeira (no mínimo, balanço patrimonial e demonstração do superávit ou déficit do exercício) do exercício social de 2015, pois a divulgação do exercício de 2016 ainda não estava disponível ao acesso pela maioria das OTS por ocasião da pesquisa. Por meio desses relatórios, foram coletados os dados para mensurar o indicador de valor econômico gerado por cada organização.

Os dados obtidos serão submetidos a três procedimentos segundo sua finalidade:

(A) – Mensuração do nível de transparência: aplicação de 28 perguntas segregadas pelas dimensões da transparência (*disclosure, compliance e accountability*), aplicando-se a cada questão uma pontuação total de 0,36 (10 pontos divididos por 28 questões) e segundo a importância na escala *Likert* de três pontos:

- Ausente: zero
- Presente com pouca clareza: metade do valor da pontuação total da questão (0,18)
- Presente: pontuação total da questão (0,36)

As perguntas foram obtidas e adaptadas por meio de dois questionários: um utilizado pelo artigo científico apresentado no 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade sob o título “Transparência Online das Informações de Organizações do Terceiro Setor” (Flach; Rosa; Stupp, 2014) e o outro aproveitado dos 44 critérios de Padrão de Gestão e Transparência (PGT) 2017-2018 do Terceiro Setor, desenvolvido pelo Instituto Doar “com o objetivo de servir como um guia para as organizações brasileiras que buscam [...] ampliar o grau de transparência de suas ações e, como resultado final, fomentar a confiança de doadores e apoiadores” (Instituto Doar, 2017).

(B) – Cálculo do indicador de valor econômico com a utilização dos dados das demonstrações contábeis de 2015 para mensuração, em primeiro lugar, do Nopat (*Net Operating Profit After Tax*, em tradução livre: Lucro antes dos juros e impostos – LAJIR –, após deduzido do imposto de tributação t) a fim de encontrar o valor do negócio. Num segundo passo, em mãos desse valor, dividi-lo pelo valor ativo total da entidade, apurando, então, o indicador Q de Tobin.

(C) – Finalmente, fez-se o levantamento da relação entre as variáveis: cálculo de correlação entre pontuação em nível de transparência e indicador Q de Tobin para cada organização.

#### 4 Análise de resultados

No presente estudo, foram utilizados dados financeiros e as informações online, publicadas nos respectivos websites de 25 entidades, entre fundações, associações e sociedades civis sem fins lucrativos. As organizações participantes da pesquisa são:

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong); Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace); Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Instituto Alana; Instituto Arredondar; Instituto Clima e Sociedade (ICS); Instituto Criança é Vida; Instituto Desiderata; Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura (IER); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Instituto Fazendo História; Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife); Insper Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Inspirare; Instituto Lina Galvani; Instituto Ronald McDonald; Instituto Projeto Neymar Jr. (INJR); Associação Saúde Criança (ASC); Sitawi Finanças do Bem; Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM); Viva Rio e WWF-Brasil.

A tabela 2 destaca a distribuição da amostra por natureza jurídica conforme a legislação:

**Tabela 2:** Amostra por natureza jurídica

Natureza jurídica	Quantidade	%
Associação	20	80%
Fundação	2	8%
Sociedade*	3	12%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Nota: \* Sociedade civil sem fins lucrativos

A média de idade de funcionamento das organizações é de 23 anos, sendo a mais recente fundada em 2015 e a mais antiga, em 1933.

A amostra também está mais concentrada na Região Sudeste (22 OTS das 25), sobretudo no Estado de São Paulo, representando 56% do total da pesquisa. A tabela 3 apresenta as entidades examinadas por unidade federativa do País:

**Tabela 3:** Amostra por unidade federativa

Unidade Federativa	Quantidade	%
São Paulo	14	56%
Rio de Janeiro	8	32%
Distrito Federal	2	8%
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1</b>	<b>4%</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

A soma dos ativos totais das entidades da amostra registrados nos demonstrativos é de mais de R\$ 9,6 bilhões, cuja média é de cerca de R\$ 386 milhões. O patrimônio social médio das organizações presentes gira em torno de R\$ 75 milhões, correspondendo a uma média de 19,6% de todo capital empregado (que é o ativo total das entidades).

O questionário foi aplicado a todas as organizações da amostra, resultando numa média de 7,65 de nível de transparência para as entidades e com as seguintes conclusões das entidades conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Resultado dos questionários

Aplicação dos questionários na amostra			
Disclosure	Ausente	Presente com pouca clareza	Presente
O site apresenta a Missão, Visão e Valores?	8%	0%	92%
O site contém o Histórico?	44%	16%	40%
O site apresenta quais são os objetivos sociais da organização?	4%	8%	88%
Há uma estratégia de atuação da organização para os próximos anos?	68%	12%	20%
O site identifica a Equipe e Direção (Associados, Conselho de Direção, Conselho Fiscal e Coord. Executiva)?	16%	0%	84%
No site está exposta a Localização (endereço completo)?	0%	0%	100%
As áreas geográficas de atuação da organização estão explicitadas em seu website.	16%	12%	72%
Sua organização se utiliza das mídias sociais (facebook, twitter) para divulgar as ações realizadas.	4%	0%	96%
A organização publica em seu website os diferentes canais de comunicação, incluindo telefone (s), endereço (s), e-mail (s) e “fale conosco”.	0%	4%	96%

Compliance	Ausente	Presente com pouca clareza	Presente
O site contém o Estatuto?	36%	0%	64%
O site contém o Relatório Anual de Atividades?	16%	0%	84%
A organização descreve em seu relatório anual as principais realizações do período e apresenta fotos reais ilustrativas das atividades desenvolvidas.	16%	0%	84%
O site apresenta os programas e projetos realizados e em andamento?	4%	8%	88%
Sua organização disponibiliza às partes interessadas e à comunidade em geral a legislação a que a organização está submetida.	64%	8%	28%
O site contém a agenda e/ou informativo?	20%	20%	60%
Há prazo do mandato do(s) Conselho(s) e da Diretoria?	36%	0%	64%
O site informa qual o CNPJ da organização?	36%	4%	60%
O site apresenta títulos e certificados, e registro nos conselhos que a organização possua?	56%	0%	44%
O site informa qual a Inscrição Municipal e Estadual e as certidões negativas da organização?	92%	0%	8%
Accountability	Ausente	Presente com pouca clareza	Presente
O site apresenta o balanço patrimonial da organização?	0%	0%	100%
O site apresenta demonstração do superávit ou déficit do período da organização?	0%	0%	100%
O site apresenta demonstração das mutações do patrimônio social?	8%	0%	92%
O site apresenta demonstração de fluxo de caixa do período?	12%	0%	88%
O site apresenta notas explicativas?	12%	0%	88%
O site divulga o parecer da auditoria?	16%	0%	84%
O site especifica ou informa quais as fontes de financiamento da organização?	4%	20%	76%
O site respeita a adequação das nomenclaturas segundo a norma contábil	8%	4%	88%
Os relatórios apresentados apresentam atualizações?	4%	0%	96%

Fonte: Dados da pesquisa e adaptado de Flach, Rosa e Stupp (2014, p. 8) e Instituto Doar (2017)

A fórmula de Q de Tobin utilizada foi a seguinte:

$$Q \text{ de Tobin} = \frac{\text{Valor do negócio}}{\text{Valor do capital empregado}} = \frac{(MVA @) + \text{Capital empregado}}{\text{Capital empregado}}$$

Como não se dispunha de informações de mercado ativo para as entidades, o valor de capital empregado é o valor do ativo total de cada organização.

Para o cálculo do valor do negócio presente na fórmula do Q de Tobin, utilizou-se o *Economic Value Added* (EVA®, marca registrada pela empresa norte-americana de consultoria Stern Stewart & Co.), com base no Nopat (*Net Operating Profit After Tax*, em tradução livre: Lucro antes dos juros e impostos – LAJIR –, após deduzido do imposto de tributação  $t$ ) e o Wacc (*Weighted Average Cost Of Capital*, em tradução livre: Custo médio ponderado de capital – CMPC).

A fórmula do EVA® é a seguinte ( $t$  é a tributação):

$$EVA@ = LAJIR (1 - t) - (CMPC) (\text{Capital empregado})$$

Dividindo pelo custo médio ponderado de capital:

$$\frac{EVA@}{CMPC} = \frac{LAJIR (1 - t)}{CMPC} - \text{Capital empregado}$$

Assim, é possível calcular o valor do negócio pelo valor do LAJIR.

$$\text{Valor de negócio} = \frac{EVA@}{CMPC} + \text{Capital empregado} = \frac{LAJIR (1 - t)}{CMPC}$$

O valor do LAJIR foi encontrado pela soma do lucro líquido com o valor de despesas financeiras do exercício (disponíveis nas notas explicativas ou na demonstração de superávit ou déficit do exercício e, quando não encontradas, estimadas por meio do valor dos empréstimos aplicando a taxa Selic acumulada no período). Vale ressaltar que, pela imunidade tributária das OTS, o percentual de tributação ( $t$ ) será zero.

Logo, a expressão do valor do negócio será:

$$\text{Valor de negócio} = \frac{EVA@}{CMPC}$$

O valor de desconto do CMPC utilizado foi a taxa Selic acumulada das taxas diárias no ano de 2015 (de 01 de janeiro a 31 de dezembro), disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2017), representando uma taxa efetiva de 13,27% ao ano.

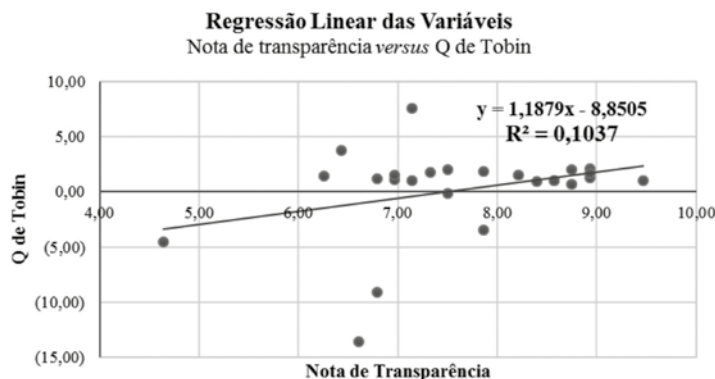
Após essas considerações, os procedimentos (A) e (B) geraram os resultados da pesquisa apresentados na tabela 5. Saliencia-se que os nomes das entidades foram preservados da Tabela 5, pois expô-las fugiria da finalidade do trabalho, que se ateve unicamente a utilizar dados públicos presentes nos respectivos websites das instituições.

**Tabela 5:** Resultados Q de Tobin e nota de transparência

Valor do negócio (Em R\$ mil)	Q de Tobin (Em R\$)	Nota de transparência (Escala de 0 a 10)
437	1,56	8,21
294	1,01	8,57
3.068	1,09	6,96
140.623	1,46	6,25
(1.732)	(9,09)	6,79
3.695	7,56	7,14
3.505	2,14	8,93
(1.472)	(0,15)	7,50
3.409	1,23	6,79
(7.039)	(3,44)	7,86
7.564	3,75	6,43
4.611	1,29	8,93
26.165	1,02	7,14
9.218	1,02	9,46
(1.536)	0,68	8,75
227.122	1,88	7,86
(4.708)	(13,56)	6,61
1.025	1,99	7,50
17.772	1,72	8,93
(27.622)	(4,54)	4,64
15.443	1,78	7,32
3.451	2,05	8,75
92.292	1,01	8,57
90.964	1,49	6,96
(1.078)	0,97	8,39

Fonte: Elaborado pelo autor

A regressão linear entre Nota de Transparência e Q de Tobin (procedimento C) apresentou uma curva com inclinação maior que zero ( $\beta_1 = 1,1879$ ), indicando uma influência positiva entre as variáveis do estudo, como disposto no gráfico 1.

**Gráfico 1:** Regressão Linear entre as variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor

O índice de correlação encontrado entre as variáveis foi de 0,3220, positivo, mas considerado fraco. Sendo assim, há uma correlação positiva entre as variáveis, indicando que o crescimento de uma influencia o crescimento da outra. Entretanto, essa interação entre as variáveis é pequena, cerca de 10% (conforme mostra o valor de  $R^2$  no gráfico 1).

## 5 Conclusão

Apesar da participação significativa do Terceiro Setor no Brasil, a preocupação com a transparência ainda precisa ser praticada por muitas das organizações sem fins lucrativos.

A pesquisa buscou desenvolver uma metodologia aplicável às Organizações do Terceiro Setor e que pode auxiliar a compreensão da influência da transparência das informações disponibilizadas pelas entidades ao público com o valor econômico gerado para a sociedade. Como resultado do estudo, verificou-se uma interação positiva entre o nível de transparência e o valor, de forma tal que o crescimento de uma variável possa implicar em parte o crescimento da outra, mesmo que não necessariamente sendo um efeito de causalidade. Apesar desta conclusão, observou-se que, por ser essa relação baixa (um pouco mais de 10%), não há como garantir uma influência relevante de tal modo a relacionar o aumento da transparência das informações com o aumento do valor da instituição.

As razões para que esse resultado tenha revelado baixo grau de influência podem ser pelo fato de o doador não ter sua decisão de financiar uma entidade sem fins lucrativos ligada à prestação de contas dos valores, mas sim vinculada à sua responsabilidade individual de estar cumprindo um dever social, negligenciando a presença ou a qualidade das informações divulgadas pela organização.

Além disso, outra razão a considerar é o tamanho da amostra ser pequeno para definir com clareza esse grau de implicação da transparência no valor dessas entidades.

Para que seja possível verificar a razão pela qual a influência não foi tão significativa, sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre o tema, a fim também de embasar e solidificar a importância da transparência na construção do valor econômico e social das entidades sem fins lucrativos para com a sociedade.

## Referências

- ALVES, M. A. *Terceiro Setor: as origens do conceito*. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, XXVI, 2002, Salvador, Anais... Salvador: ANPAD, 2002. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf)>. Acesso em: 27.maio. 2017.
- BCB, \_\_\_\_ *Lista de índices Diários da Taxa Selic*. Formato documento de texto. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/selic/consulta/taxaSelic.do?method=listarTaxaDiaria>>. Acesso em: 01. jun. 2017.
- BM&FBOVESPA, *Home – Listagem – Ações – Segmentos de listagem – Novo Mercado*. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/)>. Acesso em 30. mar. 2017.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27. Maio. 2017.
- BRASIL, *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 27.Maio. 2017
- BRASIL, *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; .... Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 30. mar. 2017.
- BRASIL, *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, .... Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 30.Maio. 2017.
- CENTA, Sérgio. *Nossa Causa – O mercado de trabalho no Terceiro Setor*. Disponível em: <<http://nossacausa.com/o-mercado-de-trabalho-no-terceiro-setor/>>. Acesso em: 30.mar. 2017.
- CRUZ, J. A. W.; QUANDT, C. O.; MARTINS, S.; SILVA, W. V. *Performance no Terceiro Setor – Uma abordagem de accountability: Estudo...* Revista de Administração UFSM, Santa Maria, v.3, n.1, p. 58-75, jan./abr. 2010.
- EXAME. *Elevada carga tributária para empresas bloqueia crescimento da economia brasileira*, jun. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/elevada-carga-tributaria-para-empresas-bloqueia-crescimento-da-economia-brasileira-dino89096487131/>>. Acesso em: 28.Maio.2017.
- FÉLIX, R. G. A. *Contextualização histórica do Terceiro Setor*, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/contextualizacao-historica-do-terceiro-setor/37690/>>. Acesso em: 27.Maio.2017.
- FLACH, L.; ROSA, N. N.; STUPP, D. R. *Transparência Online das Informações de Organizações do Terceiro Setor*. In: 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5C-CF/20140421110643.pdf>>. Acesso em: 25. jul. 2017.
- IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2010*. Estudos e Pesquisa: Informação Econômica, n. 20. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\\_Privadas\\_e\\_Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf)>. Acesso em: 25. jul. 2017.
- IBGE. *Tabelas Completas das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos; e Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2010*. Home – Economia – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Formatos ODS compactado (tabela 15). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default\\_fundacoes\\_ods\\_nova\\_2010.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_fundacoes_ods_nova_2010.shtm)>. Acesso em: 24.jul. 2017.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002, Apostila.
- FREGONESI, M. S. F. A.; ARAÚJO, A. M. P.; NETO, A. A.; ANDERE, M. A. *Metodologia SROI: Uma Proposta para Cálculo do Valor Sócio-Econômico das Organizações do Terceiro Setor*. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Universidade de Brasília, v. 8, n. 2, 2005. Disponível em: <[https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/167/pdf\\_90](https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/167/pdf_90)>. Acesso em: 27.Maio.2017.
- GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa?* 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002, ISBN 85-224-3169-8
- HUDSON, M. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: O desafio de Administrar sem Receita*. Tradução: James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999. ISBN 85.346.1017-7
- INSTITUTO DOAR. *Padrão de Gestão e Transparência do Terceiro Setor (PGT) 2017-2018 (PDF)*. Disponível em: <<http://www.institutodoar.org/selo-doar/criterios/>>. Acesso em: 29.Maio.2017.
- OLIVEIRA, I. M. S. *Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro*. 2009. 106 pag. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- NETTO, A. A. O. *Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. 2º ed. Florianópolis: Visual Books, 2006.
- PAULA, C. L. S.; BRASIL, H. G.; MARIO, P. C. *Mensuração do Retorno Social de Organizações sem Fins Lucrativos por meio do SROI – Social Return On Investment*. Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 127-155, jul./set. 2009.
- SCHMIDT, J. A. C.; SUGUIHIRO, V. L. T. *Responsabilidade Social Empresarial: Concretização, Dilemas e Possibilidades*. Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 10, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1\\_jainaina.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_jainaina.htm)>. Acesso em: 24.jul. 2017.
- SOLDI, A. R.; HATZ, C. R.; SANTOS, G. R.; SILVA, M. M. *Transparência no Terceiro Setor: Um estudo sobre as organizações filantrópicas*. Jovens Pesquisadores-Mackenzie, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens\\_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf)>. Acesso em: 10.jan. 2017.
- TOBIAS, A. C. B. *Como determinar o Q de Tobin: Um indicador financeiro ...* [São Paulo], [2002]. Disponível em: <<http://www.cavalcanteassocia-dos.com.br/utd/UpToDate242.pdf>>. Acesso em: 22. jul. 2017.
- TONDOLO, Rosana R. P.; TONDOLO, Vilmar A. G.; CAMARGO, M. E.; SARQUIS, A. B. *Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração*. XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade de Caxias do Sul (UCS), Rio Grande do Sul, 27 e 28 de novembro de 2015. ISSN 2357-9706. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/vxmostrappgga/paper/viewFile/4073/1273>>. Acesso em 27.maio 2017.
- WERNECK, A.; BOTTARI, E. *Das dez OSs que operam no município, oito estão sob investigação*. O Globo, jan. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/das-dez-oss-que-operam-no-municipio-oito-estao-sob-investigacao-1849457>>. Acesso em: 24.jul. 2017.